

Congresso deixa de votar LDO e adia o recesso parlamentar

por Marta Salomon
de Brasília

O início do recesso parlamentar foi adiado: até a última sexta-feira os deputados e senadores não conseguiram votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta as despesas e a receita do Governo para o ano que vem. A votação da LDO é uma exigência que a Constituição faz para que os parlamentares entrem em férias.

O que mais preocupa os deputados e senadores, porém, é a liberação de Cr\$ 40,7 bilhões para a recuperação de estradas, a distribuição de leite para crianças carentes e para custear as eleições de outubro. São seis pedidos de crédito enviados pelo presidente Fernando Collor que precisam da autorização do Congresso para serem liberados.

Os partidos de esquerda condicionam a aprovação dos créditos à votação pelo Senado da nova Lei Salarial. "Se o Governo quer fazer política com os créditos, tem que aceitar a nova política salarial aprovada na Câmara", condicionou o deputado José Genoíno (PT-SP). "É um estímulo maior", admitiu o líder do Governo, senador José Ignácio Ferreira (PST-SP).

Temor dos parlamentares que apostam seu futuro político nas próximas semanas de campanha eleitoral nos estados a permanência prolongada em Brasília será abreviada por uma decisão do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, (PMDB-RJ), candidato ao Governo do Rio. Ele decidiu retirar da pauta os mais de 60 vetos do presidente Fernando Collor.

A Constituição determina que depois de 30 dias na pauta, os vetos têm prioridade e nenhum tipo de projeto pode ser votado antes deles — a única exceção é aberta às medidas provisórias.

Ocorre que os vetos exigem a presença de maioria absoluta de 248 deputados e 38 senadores no plenário para votação nominal — quórum praticamente inviável, há menos de 14 semanas das eleições de outubro. "E, no mínimo, uma interpretação inusitada da Constituição", criticou o senador Jarbas Passarinho (PDS-AM), que não pretende concorrer à reeleição.

Durante reunião na presidência do Congresso, os líderes do Governo sugeriram a devolução da LDO ao Palácio do Planalto.

A tentativa de dispensar

a votação da lei para dar início imediato ao recesso foi abortada por parlamentares da oposição, que ameaçaram recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Também é grande a pressão pela liberação de recursos. Os pedidos de crédito chegaram terça-feira ao Congresso e ganharam rapidamente o aval da Comissão Mista de Orçamento. Entre os pedidos estão Cr\$ 12 bilhões para o programa de recuperação das estradas, com forte apelo eleitoral. A Comissão de Orçamento só recusou os Cr\$ 300 milhões pedidos pelo Governo para ampliar o capital da Indústria de Material Bélico (Imbel), estatal subordinada ao Ministério do Exército. As lideranças do Governo já estão empenhadas na aprovação destes recursos pelo plenário do Congresso.